ESCOLA PROFISSIONAL DE ALTE (CIPRL)

RELATÓRIO

ACTIVIDADES

E

CONTAS

ANO CIVIL DE 2015

ESCOLA PROFISSIONAL DE ALTE, CIPRL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Prezados Cooperantes

Tendo o Conselho Fiscal reunido no dia 24 de fevereiro de 2016, na sede da Escola Profissional de Alte, CIPRL, onde estiveram presentes, a presidente Madalena Coelho e as vogais Ana Silva e Paula Gião, tendo sido verificados os documentos: Relatório de Atividades e Contas da EPA – Escola Profissional de Alte, CIPRL, para o ano civil de 2015, vem o Conselho Fiscal emitir parecer, nos termos da lei e dos nossos estatutos.

Analisados os documentos e esclarecidos alguns pontos junto da Direcção da EPA, somos de parecer:

Ponto Único - Que aproveis o Relatório de Atividades e Contas da EPA – Escola Profissional de Alte, CIPRL, para o ano civil de 2015.

Alte, 24 de fevereiro de 2016.

A Presidente do Conselho Fiscal

Madalena Coelho

A Vogal

Paula Gião

A Vogal

Ana Silva

ESCOLA
PROFISSIONAL
DE ALTE, CIPRL

Dados das Empresas Locais

Ano 2015

Dados Financeiros

Vendas e Serviços Prestados	50.271,99
Subsídios à exploração	810.641,28
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26.296,78
Fornecimentos e serviços externos	201.154,07
Gastos com pessoal	607.281,43
Resultado Operacional	11.580,48
Amortizações / Depreciações	119.250,59
Resultado antes de impostos	11.580,48
Resultado líquido do período	9.329,12
Passivo total	115.520,22
Empréstimos Bancários	0,00
Nº de Trabalhadores	34

Indicadores Financeiros

Liquidez Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente	6,2
Liquidez Imediata = Meios Financeiros Líquidos / Passivo Corrente	5,4

P212

Endividamento = Passivo / Ativo Líquido	0,1
Autonomia Financeira = Capitais Próprios / Ativo Líquido	0,9
Solvabilidade = Capitais Próprios / Passivo	14,1
Capacidade de Endividamento = Capitais Próprios / Capitais Permanentes	1
Estrutura de Endividamento = Passivo Corrente / Passivo Total	1
Rentabilidade do Ativo = (Resultados Antes de Impostos + Encargos Financeiros) /Ativo Total	0,7%
Rotação do Ativo = Vendas / Ativo	0,03
Tempo médio de recebimento	3 dias
Tempo médio de pagamento	18 dias
(Vendas + Prestações de Serviços) / Gastos Totais - alínea a) do nº 1 do artigo 62 da Lei nº 50/2012, de 31/08	5% NA
Subsídios à exploração da CML / Receitas - alínea b) do nº 1 do artigo 62 da Lei nº 50/2012, de 31/08	10%

NA - Não aplicável de acordo com o disposto no n.º 14 do artigo 62 da Lei n.º 50/2012, de 31/08.

Alte, 22 de fevereiro de 2016

A Direção

INDICE

Páginas			Designação / Títulos
3	**a**	**11**	**A - Relatório de Actividades**
3	a	11	A formação profissional e vocacional desenvolvida na Escola Profissional Cândido Guerreiro
12	**a**	**37**	**B - Relatório económico e financeiro**
12	**a**	**17**	**1 – Análise económica e financeira**
12	a	16	1.1 – Situação económica
16	a	17	1.2 – Situação financeira e patrimonial
18	a	37	**2 - Demonstrações financeiras**
	18		A – Balanço
	19		B – Demonstração dos resultados por naturezas
	19		C – Demonstração nas alterações no capital próprio
	20		D – Demonstração dos fluxos de caixa
20	a	34	E – Anexo às Demonstrações Financeiras
20	a	21	1 – Identificação da entidade
	21		2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
21	a	25	3 – Principais políticas contabilísticas
	25		4 – Fluxos de caixa
	25		5 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
	26		6 – Activos fixos tangíveis
26	a	27	7 – Inventários
27	a	28	8 – Rédidto
28	a	29	9 – Subsídios do governo e apoios do governo
	29		10 – Acontecimentos após a data do balanço
29	a	30	11 – Impostos sobre o rendimento
30	a	34	12 - Instrumentos financeiros
34	a	35	13 – Benefícios de empregados
36	**a**	**37**	**C – Considerações Finais**
34	a	35	1 – Perspetivas de Futuro
	35		2 – Proposta sobre o Relatório e Contas

INDICE

Páginas			Designação / Títulos
38	**a**	**50**	**ANEXO COMPLEMENTAR I – Documentação Contabilística**
39	a	50	Balanço GERAL 31 DEZ 2015
51	**a**	**132**	**ANEXO COMPLEMENTAR II – Documentação e informação pertinente:**
52	a	62	CONTRATO – PROGRAMA referente ao apoio financeiro à formação profissional - Ciclo 2012/15
63	a	73	CONTRATO – PROGRAMA referente ao apoio financeiro à formação profissional - Ciclo 2013/16
74	a	80	CONTRATO – PROGRAMA referente ao apoio financeiro à formação profissional - Ciclo - 2014/17
81	a	88	CONTRATO – PROGRAMA referente ao apoio financeiro à formação profissional - Ciclo 2015/18
89	a	95	CONTRATO – PROGRAMA referente ao apoio financeiro à formação vocacional secundária - Ciclo 2014/16
96	a	102	CONTRATO – PROGRAMA referente ao apoio financeiro à formação vocacional básica - Ciclo 2013/15
103	a	108	CONTRATO – PROGRAMA referente ao apoio financeiro à formação vocacional básica - Ciclo 2014/15
109	a	115	CONTRATO – PROGRAMA referente ao apoio financeiro à formação vocacional básica - Ciclo 2014/16
116	a	123	CONTRATO – PROGRAMA ref. ao apoio financeiro aos transportes escolares no concelho de Loulé – 2015/18
			CONTRATO – PROGRAMA ref. apoio financeiro à formação vocacional básica - Ciclo 2015/16 - Turma1C – Não disponível à data
			CONTRATO – PROGRAMA ref. apoio financeiro à formação vocacional básica - Ciclo 2015/17 – Turma2D – Não disponível à data
	124		Quadro II da página 6
	125		Quadro II – Formação realizada em 2014
126	a	129	Listagem das turmas e dos alunos e das respectivas faltas às sessões de formação em 2015
	130		Listagem dos alunos desistentes em 2015
	131		Jovens técnicos que terminaram o ensino profissional secundário com qualificação prof. de nível IV no Ano 2015
	132		Jovens que terminaram a formação vocacional, 3.º ciclo do ensino básico no Ano 2015
133	**a**	**161**	**ANEXO COMPLEMENTAR III – Informação Diversa**
	134		Plano de Atividades – Ano Letivo 2014/2015
	135		Plano de Atividades – Ano Letivo 2015/2016
	136		Listagem de Pessoal não Docente 2014/15
	137		Listagem de Pessoal não Docente 2015/16
	138		Listagem de Pessoal Docente 2014/15
	139		Listagem de Pessoal Docente 2015/16
	140		Ações e horas de formação realizadas pelos trabalhadores e das áreas de formação em que se inserem
	141		Distribuição de alunos por Concelhos e Freguesias/Turmas – 2014/2015
	142		Distribuição de alunos por Concelhos e Freguesias/Turmas – 2015/2016
143	a	154	Transportes escolares da EPA-CIPRL – 2014/15 e 2015/2016
	155		Quadro com a indicação das visitas de estudo realizadas em 2015
156	a	161	Tabelas de preços em vigorar na EPA-CIPRL no ano letivo 2015/2016

Relatório de Atividades e Contas

Ano civil de 2015

Período – JAN 2015 / DEZ 2015

Digníssimo Cooperante,

O presente documento fornece informação sucinta da actividade desenvolvida na instituição durante o período em referência e pretende esclarecer da situação funcional, pedagógica, económica e financeira referente a este mesmo período. O documento é da responsabilidade do órgão de gestão em exercício, que agora o coloca à consideração de Vossa Excelência a fim de dar o seu sentido de voto após a análise e a posterior apreciação a realizar durante a **Reunião da Assembleia Geral**, que terá lugar nas instalações sede desta instituição situadas na Estrada da Ponte em Alte no dia **2 de março de 2016 pelas 14h30.**

No prosseguimento dos objetivos para que foi criada, como sempre, a actividade da Escola Profissional de Alte, CIPRL esteve durante o período totalmente direccionada para a gestão e a consolidação da Escola Profissional Cândido Guerreiro (EPCG). A concretização do plano de actividades e do orçamento deste período confunde-se praticamente com o funcionamento da EPCG, os recursos captados foram maioritariamente direcionados para esse fim.

A – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

A formação profissional e vocacional realizada na Escola Profissional Cândido Guerreiro:

Em termos funcionais e relativamente à actividade desenvolvida no período, foi prioridade da Direcção o dar continuidade à regularização e à autonomização do processo administrativo e pedagógico da Escola Profissional Cândido Guerreiro. Em termos sucintos, além da actividade curricular normal calendarizada, deu-se continuidade ao desenvolvimento de actividades diversas, dentro do leque das já habituais, tendo em vista

em primeiro lugar, os alunos – em concreto procedeu-se à criação de oportunidades, respectivamente, práticas simuladas ou em contexto real de trabalho, visitas de estudo, seminários, palestras, etc., que lhes proporcionam oportunidades de desenvolvimento, pessoal, das competências chave / transversais para o empreendedorismo, dos conhecimentos científicos e das aptidões técnicas que os capacitam ao bom desempenho profissional nas futuras profissões que venham a desempenhar, além de lhes permitirem no futuro um capaz exercício da cidadania – e, *em segundo lugar, a escola*, de forma a permitir a ligação desta à comunidade, onde, através da mostra quer das suas formações quer das competências dos seus alunos e dos recursos que mobiliza, dar oportunidade à comunidade em geral de constatar da sua importância e do seu papel no meio envolvente, neste âmbito, salienta-se a participação na organização e/ou realização de atividades como o BTT de Alte, Semana Cultural de Alte, formação de exterior (OUTDOOR) com toda a comunidade escolar, o projeto anual de ligação da Escola à Comunidade com mostra do trabalho realizado sobre a valorização dos recursos autóctones, participação em feiras e mostra de formação diversas, etc.

Assim, no período, desenvolveu-se a formação profissional e vocacional contratada para ter lugar na Escola Profissional Cândido Guerreiro, em conformidade com os Planos Gerais de Actividades desta Escola aprovados para os anos letivos 2014/2015 e 2015/2016, os quais constam do anexo complementar III a este documento (pág.'s 134 e 135).

Os financiamentos aprovados para a realização da atividade escolar programada e aprovada nos planos de atividades da Escola Profissional Cândido Guerreiro dos períodos JAN / JUL e AGO / DEZ, no âmbito da atividade que é cofinanciada pelos Contrato-Programa celebrados com a DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, foram insuficientes para suportar a realização da totalidade dessa atividade nesse período – para consulta de todos os documentos ver o anexo complementar II (pág. 52:115).

Convém porém encontrar outras fontes de cofinanciamento e formas de repor a receita própria da escola que foi perdida e que anteriormente era captada principalmente através do pagamento das propinas pelos alunos.

Das fontes de cofinanciamento a encontrar, as prioritárias estarão/serão destinadas ao suporte do transporte escolar dos alunos dos concelhos limítrofes, que dele necessitam, por ser evidente que se atualmente lhes for exigida qualquer comparticipação no âmbito da prestação desse serviço, as quebras na procura das formações da Escola Profissional Cândido Guerreiro ainda se tornarão mais acentuadas nas atuais conjunturas socioeconómica e da oferta de formação profissional de nível secundário bem como da vocacional. Porque entendemos que há cobertura legal para tal, as câmaras municipais de Albufeira e Silves já foram convidadas a participar na comparticipação dos custos com o transporte escolar dos jovens residentes nas suas áreas territoriais. Neste âmbito, para o período de 2015-17 já foi celebrado com a Câmara Municipal de Loulé um contrato-programa para a comparticipação do financiamento dos transportes escolares oferecidos na área sul do concelho pela EPA-CIPRL.

Alunos: Foram certificados com o nível secundário da educação quarenta e três jovens técnicos que terminaram os seus cursos profissionais no ano civil de 2015 e foram-lhes atribuídos os respectivos Diplomas de Qualificação Profissional de nível quatro (lista nominal na pág. 131 do anexo complementar II), respetivamente: doze Técnicos de Turismo, dezanove Técnicos de Comércio e doze Técnicos de Design Gráfico, todos pertencentes ao ciclo de formação 2012/15.

Na perspectiva de melhorar a motivação e a responsabilidade dos alunos durante o seu percurso escolar e de premiar o empenhamento, a criatividade, a dinâmica, isto é, os melhores resultados e também o bom desempenho na realização dos trabalhos do âmbito da concretização da Prova de Aptidão Profissional (PAP's), sobre proposta da Direcção Técnico Pedagógica, e no cumprimento do exposto no regulamento dos Quadros de Valor e Excelência, a Direcção deliberou a aprovação da atribuição de Medalhas de Mérito Escolar da Escola Profissional de Alte, CIPRL, gravadas e alusivas ao reconhecimento quer dos melhores alunos de curso quer da realização das melhores Prova de Aptidão Profissional do ciclo de formação 2012/15, respetivamente aos seguintes alunos(as):

(Quadro I)

ALUNO(A)	CURSO	PAP		CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CURSO
		CLASSIFICAÇÃO	TEMA	
1123/12 – Adriana S. Silva Dias	COM	19 Valores	*Sout Flavour*	17,5 Valores (*); (**); (+)
1139/12 – Tatiana S. Silva Dias	COM	19 Valores	*Sout Flavour*	17,4 Valores (+)
1132/12 – Larissa Moreira Barbosa	COM	18 Valores	*Ldecor*	16,4 Valores (+)
1149/12 – Carina Neto Sampaio	DG	18 Valores	*Music BD*	16,4 Valores (*)(+)
1160/12 – Roberto R. Santos	DG	18 Valores	*Sotocal Cafés*	14,6 Valores (+)

(*) Medalha de Mérito de melhor aluno do curso
(+) Medalha de Mérito de PAP Excelência
(**) Diploma de melhor aluno do ciclo de formação 2012/15 – Ministério da Educação

À aluna número 1123/12 - Adriana Sofia Silva Dias, do Curso Profissional de Técnico de Comércio, foi atribuído pelo Ministério da Educação, através da DGEstE Algarve, o prémio de mérito escolar – melhor aluno do ciclo de formação. Este reconhecimento está a ser atribuído anualmente ao melhor aluno, com melhor classificação final, do conjunto daqueles que frequentam os cursos profissionais em funcionamento em cada escola e que conclui o ensino secundário com qualificação profissional de nível IV, pelo que a aluna recebeu o diploma alusivo à distinção concedida.

Quarenta e quatro jovens (44) concluíram o 3.º ciclo do ensino básico. Vinte e quatro integraram a frequência de um curso vocacional básico de um ano e vinte estiveram incluídos num curso vocacional básico de dois anos, ambos os cursos foram desenvolvidos na base de um projeto pedagógico designado de *Produzir, Transformar e Vender*. Concluída a formação, a maioria dos jovens optou por prosseguir estudos nos cursos profissionais da Escola Profissional Cândido Guerreiro. (Ver listagem da pág. 132 do anexo complementar II).

O volume de formação realizado no âmbito da qualificação inicial de jovens consta no quadro II da página seguinte.

Quadro III

Formação realizada no Período - 2015															LOCAL	FCT / Estágio / Prát. Simulada 2015	
Curso	Turma	Ano	Nível	Alunos	Horas Formação (1)		Volume Formação (2)		Faltas dos Alunos Total (3)		Jan-Jul (4)		Ago-Dez (5)				
					Jan-Jul	Ago-Dez	Jan-Jul	Ago-Dez	Jan-Jul	Ago-Dez	Just.	Injust.	Just.	Injust.		Jan-Jul	Ago-Dez
Turismo	C52	3º	IV	20	416	__	8.004	__	737	__	40	698	__	__	Alte	210	-
Comércio	C53	3º	IV	23	371	__	8.114	__	424	__	164	260	__	__	Alte	210	-
Design Gráfico	C54	3º	IV	15	319	__	4.854	__	183	__	8	176	__	__	Alte	280	-
Vocacional 2B	C57	9º	II	20	560	__	10.600	__	603	__	243	360	__	__	Alte	140	0
Turismo	C58	2º/3º	IV	13	496	419	7.031	4.375	404	512	50	355	140	372	Alte	210	0
Comércio	C59	2º/3º	IV	12	498	413	6.481	4.163	491	275	41	451	64	211	Alte	210	0
Inform. Gestão	C60	2º/3º	IV	9	507	409	4.927	3.257	143	71	85	59	32	40	Alte	210	0
Turismo	C61	1º/2º	IV	22	579	418	15.035	8.033	596	185	179	417	44	141	Alte	140	0
Voc. Sec./CQA	C62	1º/2º	IV	23	480	361	12.563	6.920	877	553	107	770	93	460	Alte	504	192
Vocacional 1B	C63	9º	II	24	569	__	12.792	__	850	__	202	648	__	__	Alte	140	0
Vocacional 2C	C64	8º/9º	II	18	565	360	12.583	5.430	968	267	264	704	17	251	Alte	140	0
Vocacional 1C	C65	9º	II	22	__	355	__	6.878	__	266	__	__	24	242	Alte	__	70
Vocacional 2D	C66	8º	II	23	__	356	__	6.771	__	558	__	__	91	467	Alte	0	70
PCQA	C67	1º	IV	24	__	422	__	8.276	__	770	__	__	62	708	Alte	0	__
Comércio	C68	1º	IV	24	__	424	__	8.570	__	808	__	__	130	678	Alte	0	__
Turismo	C69	1º	IV	23	__	522	__	7.608	__	837	__	__	14	824	Alte	0	__
		TOTAL : 1		315	5.360	4.458	102.982	70.280	6.275	5.102	1.379	4.896	710	4.392		2.394	332
		TOTAL : 2			9.817		173.262		11.377		6.275		5.102			2.726	
											11.377						

(Veja-se o Quadro II – 2015 e também o de 2014 ampliados, nas páginas 124 e 125 do anexo complementar II)

Comparativamente com o ocorrido no ano anterior pode-se inferir do quadro anterior que foram objeto da ação da escola mais 8 alunos (+ 2,6 %), trabalhou-se com o mesmo número de turmas, realizaram-se menos 461 horas de formação (-4,48 %), o volume de formação realizado foi também inferior em 1.077 hfa (-0,62 %), tudo fruto da diminuição do número de horas de formação e da diminuição do número de faltas dadas pelos alunos, (-) 1.596 correspondentes a (-12,30 %), continuando-se a verificar na escola uma clara melhoria neste último parâmetro fruto da ação diligente do corpo docente.

No cumprimento da legislação em vigor foram lançados vários ARA – Atividade de Recuperação de Aprendizagens aprovados pela Direção Técnico Pedagógica, destinados a recuperar os alunos com excesso de faltas, isto é, com mais de 10% de faltas a uma ou vários disciplinas – num total de 1.522 hfa realizadas suplementarmente (Ver quadros das pág's. 126 a 129). A "nova legislação" veio aliviar a responsabilidade dos alunos no seu percurso educativo permitindo-lhes faltar mais às aulas, o que se traduz na possibilidade de darem o dobro das faltas das que anteriormente lhes eram admitidas. Comparando com anos anteriores, a taxa de faltas dos alunos com base no volume de formação total realizado foi de: (2010 - 11.268/179.041 – 6,29%), (2011 – 13.570/169.433 – 8,00%), (2012 – 17.168/168.251 – 10,20%), (2013 – 18.914/156.537 – 12,08%), (2014 – 12.973 /174.339 – 7,44%) e (2015 – 11.377/173.262 – 6,57%), pelo que, proporcionalmente evidencia uma continuada melhoria quando comparado com o último ano (-0,87%), observando-se assim uma "média já admissível – bem inferior aos 10%". Considerando os ARA impostos aos alunos, que totalizaram um valor equivalente a 1.522 horas de formação personalizada adicional, a taxa de faltas à formação (hfa) ficou nos 5,69% (-1,13% que no ano anterior).

Foram realizadas 2.726 horas de formação prática em contexto de trabalho e/ou prática simulada – estágios em empresas ou em outras entidades – que correspondem 21,73% das horas de formação contratadas, (+) 1,03% quando comparado com o realizado no ano anterior.

Numa análise sumária aos custos globais da formação imputados no centro de custo criado ao efeito no processo contabilístico da EPA-CIPRL, bem como ao número de horas de formação aluno realizadas, constata-se que cada uma destas custou em média €/hfa 4,24 e €/hfa 3,96, sendo que este último valor se obtém quando não se consideram os encargos com os transportes escolares suportados pela EPA-CIPRL. Pelo que, para as turmas com lotação completa nos ternos das disposições legais em vigor pode-se

depreender com base no custo médio aproximado de cada um dos cursos e no correspondente cofinanciamento previsto que:

Quadro III

Cursos	Horas médias Anuais		Horas Totais	Custo Anual médio estimado (*) (€)	Financiamento anual / aluno (**) (€)	Diferencial (€)
	Sala de aula	FCT				
Profissionais *(Val. Médios)*	866	234	1.100	3.432,74	3.636	203,63
Voc. Secundário	975	525	1.500	3.864,80	3.422	- 442,31
Voc. Básico	890	210	1.100	3.527,87	2.273	- 1.255,14

(*) por aluno a frequentar turmas completas e sem que se considerem os encargos diretos com transporte escolares

(**) Considerando-se turmas completas de 22 alunos no mínimo

Do atrás exposto e considerando que num curso se realizam em média 890 horas de formação em sala de aula – dentro da escola profissional - também nos é possível estimar o custo médio de um aluno dos cursos vocacionais básicos, € / aluno x ano e do prejuízo aproximado na formação de cada deles, quando em média se recebe € 2.273 /aluno x ano.

Tendo-se presente que na região do Algarve o apoio escolar aos alunos e suas famílias cabe à Ação Social Escolar nos termos do quadro legal em vigor, incluindo o transporte escolar dos alunos que está na alçada da gestão e cofinanciamento dos municípios que tutelam as respetivas áreas de residência, dos dados expressos no quadro anterior, de entre outras ilações pode-se concluir que a EPA-CIPRL promove cursos suficientemente financiados e também cursos geradores de défices *(porém há que ter em consideração as quebras de financiamento decorrentes da quebra de alunos nas turmas - abaixo dos 22 alunos/turma – e que promovem o aumento dos défices).*

A celebração do Contrato-Programa com a Câmara Municipal de Loulé destinado à comparticipação dos encargos diretamente suportados pela EPA-CIPRL com o transporte escolar dos alunos da área sul do concelho de Loulé, que vigorará no período de 2015/17, veio ajudar a reduzir os défices de financiamento à atividade escolar da EPCG, quando considerada na sua globalidade – *com os transportes escolares incluídos.*

Doravante para minimizar os valores dos défices, tem a direção da escola profissional de insistir e continuar a trabalhar e a pressionar os órgãos executivos dos municípios de Albufeira e Silves para que deliberem em conformidade à assunção das correspondentes responsabilidades na comparticipação de custos com os transportes escolares dos jovens que residem nos respetivos concelhos, dando assim cumprimento às disposições regulamentares em vigor.

Importar ter presente que o financiamento da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares conferido à EPA-CIPRL, através dos contratos-programa celebrados, destina-se ao cofinanciamento da atividade formativa/letiva e não a qualquer pagamento no âmbito do apoio social escolar às famílias. Está consignado no Decreto-Lei n.º 55/2009 e 2 de março com as atualizações que lhe são introduzidas pelo Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho de 2015 que o apoio social aos alunos que frequentam as escolas profissionais do Algarve é realizado através da Ação Social Escolar à semelhança de qualquer outro aluno da rede pública de ensino.

No período verificaram-se quinze desistências na frequência de alunos nos vários cursos em funcionamento, (- 42,3 %). De entre eles, seis abandonaram a formação por motivos desconhecidos, um por motivos familiares e sete transferiram-se para outras escolas. Mais

informação relativa ao abandono da formação pode ser consultada nos quadros da página 130 do anexo complementar II.

Dos quadros do anexo complementar III, (pág.'s. 141 e 142), pode-se verificar pela análise das áreas de residência dos alunos que frequentaram os cursos nos anos letivos 2014/15 e 2015/16, com que a Escola Profissional de Alte trabalhou neste período, que essencialmente, esses continuam a ser oriundos dos concelhos de Loulé, Albufeira e Silves e com menor expressão de outros concelhos do Algarve. Pode-se ainda verificar que há uma procura muito interessante pelos cursos em oferta na Escola Profissional Cândido Guerreiro quer pelos jovens residentes na freguesia quer de outras áreas em geral do concelho de Loulé, inclusive da própria sede de concelho e também de Quarteira.

Para o transporte escolar dos jovens que necessitam deste recurso para frequentar a formação profissional, a EPA-CIPRL recorreu à utilização dos seus dois autocarros e à contratação de serviços neste âmbito às transportadoras TRANSOL - Transportes e Turismo, S.A. e TRANSLAGOS – Transportes Públicos, Lda. Viu ainda autorizada a utilização dos circuitos especiais de transporte escolar quer da CML, para os jovens das freguesias de Alte, Benafim e Salir quer da Câmara Municipal de Silves para os jovens dessa área de residência. Está porém a EPA-CIPRL a suportar os encargos com os passes de estudantes no percurso S. Marcos da Serra – S. Bartolomeu de Messines. O "desenho dos circuitos" e outros dados constam nos quadros do anexo complementar III (págs. 143 a 154).

Para a realização das visitas de estudo e de outras actividades de complemento da formação que requereram a mobilidade dos alunos foram utilizados e maximizou-se a utilização dos transportes próprios da escola. Neste âmbito foram realizadas trinta e quatro deslocações, vinte e sete das quais em transporte da escola e que perfizeram 3.101 Km (+ 937 Km que no ano anterior) – (quadro do anexo complementar III pág. 155). Das restantes sete deslocações, quatro foram contratadas à EVA – Transportes S.A e duas foram facultadas pela Câmara Municipal de Loulé. Importa lembrar que as visitas de estudo são recursos fundamentais ao processo de ensino/aprendizagem e às práticas promovidos na EPCG.

Por motivos alheios à EPA – CIPRL, *(supostamente pela impossibilidade de pagamento de horas extras aos condutores pela Câmara Municipal de Loulé – CML ou então pela indisponibilidade de recursos na autarquia, mas também porque supostamente os serviços da CML considerarem que a EPA-CIPRL tem autocarros e logo é sempre a última escola da lista de pedido de transporte a atender),* não foi possível obter a colaboração do município e daí utilizar as saídas e/ou os quilómetros atribuídos pela CML destinados à utilização dos respetivos autocarros para realização das visitas de estudo atribuídas às escolas do concelho. Não está suficientemente claro qual o critério seguido pelos serviços do município e que leva a desconsiderar o acesso da EPCG a esse benefício importante.

Ainda no que se refere a deslocações há a referir a imensidão de Km's realizados com os transportes da escola e também em transporte particular dos próprios docentes para dar resposta ao acompanhamento dos alunos em Formação em Contexto de Trabalho ou em Prática Simulada.

Gestão de Recursos Humanos - A oferta formativa contratada e depois oferecida pela EPA-CIPRL manteve-se quando comparada com a oferta do ano anterior, onze turmas, duas delas a funcionar agregadas na componente sociocultural. Para a concretização do objetivo contribui a possibilidade de se constituírem as três novas turmas dos cursos profissionais e a participação no projecto-piloto de criação dos cursos vocacionais de

nível básico e secundário, que aceitámos integrar, consubstanciado na criação de duas turmas de jovens para a frequência de um curso vocacional básico nas áreas da agricultura, controlo e transformação alimentar e comércio. Pelo que, no período do exercício em análise os quadros de pessoal não docente e docente, com contrato a termo ou em regime de prestação de serviços não sofreram alterações significativas. (Ver quadros do anexo complementar III, págs. 136 a 139).

No período e de acordo com as propostas iniciais da Direcção, aprovadas em Assembleia Geral e nos Planos de Actividade já referidos, há ainda a registar para que conste:

- Foram aprovadas e criadas três novas turmas do ensino profissional de nível secundário com qualificação profissional de nível IV na especificidade de técnicos de Comércio, técnicos de Turismo e técnicos de Controlo e Processamento da Qualidade Alimentar.

- Há semelhança do inscrito nos relatórios de atividades da EPA-CIPRL dos anos anteriores, reitera-se que a abertura da oferta massiva de cursos profissionais de nível secundário com qualificação profissional de nível IV nas escolas secundárias da rede pública de ensino, faz-se sentir quer no número de candidatos que procuraram os novos cursos quer na estabilidade inicial da composição de cada uma das turmas. O facto da escolaridade obrigatória ter sido estendida até aos 18 anos de idade, permite constatar a presença de muitos jovens que muito provavelmente não frequentariam o ensino secundário ou qualquer outra escola. Poderá ser este facto que contribui para a verificação do aumento do registo de faltas nos alunos e que é sintomático ou poderá ser atribuível à desmotivação e à não identificação desses com a frequência e valorização da frequência da escola nas suas várias especificidades.

- Não foi possível dar andamento a algumas das orientações recebidas dos serviços da DREAlg no âmbito da observação das disposições do Despacho Normativo n.º 27/99 de 25/05 no que se refere à capacitação e funcionalidade das instalações, principalmente no que se refere à criação de espaços específicos à prática da educação física.

- No âmbito da empreitada referente à construção das novas instalações da Escola Profissional Cândido Guerreiro e porque dos trabalhos de reparação anteriormente realizados a título da garantia da obra nada se observou de assinalável contestação, a pedido da Sociedade de Construções José Coutinho S.A. a direção da EPA-CIPRL deliberou a aprovação da libertação da última das *garantias bancárias " à primeira solicitação"* prestadas/aceites enquanto título de garantia da obra no valor de 16.007,52 (dezasseis mil e sete euros e cinquenta e dois cêntimos). Pese embora que, dos problemas agora e recorrentes que ainda se continuam a observar no auditório, para permitir o fecho do processo foi acordado que caberia ainda ao empreiteiro adjudicar e pagar adiantadamente ao (a um) carpinteiro local, acabou por ser ao Sr. Vitor Manuel Martins, os materiais e trabalhos necessários de substituição de praticamente metade dos painéis do auditório. Refira-se que agora em vez de se instalarem painéis do tipo MDF Standard os trabalhos serão realizados em contraplacado porque este material é mais resistente à penetração da humidade.

- Os funcionários docentes e não docentes realizaram formação profissional quer por conta própria quer por conta da EPA-CIPRL – veja-se o número de horas de formação correspondente a cada uma delas na página 140 do anexo complementar

III. Da iniciativa da EPA-CIPRL foram ainda desenvolvidas ações no âmbito do referencial de competências-chave para o empreendedorismo, plataformas MOODLE, DBGEP e GESTSCHOOL.

- A remodelação da página WEB da escola foi continuada mas não foi concluída, nunca estará concluída. Iniciou-se a implementação e experimentação da execução dos sumários das aulas com base numa nova plataforma eletrónica *(on-line / intranet)* bem como outras tarefas/funcionalidades com recurso às plataformas informáticas *DBJEP-E/R e GESTSCHOOL*, esta última que tem estado em desenvolvimento na Escola Profissional Cândido Guerreiro nos últimos anos.
- À semelhança de anos anteriores, continuou-se a investir na imagem e na comunicação da marca Escola Profissional de Alte e Escola Profissional Cândido Guerreiro, através da contratação de outros veículos e espaços publicitários, designadamente: outdoors, folhetos, flyers, cartazes, campanhas publicitárias no facebook, etc.;
- A Escola Profissional Cândido Guerreiro participou com uma turma no CARNAVAL de Alte 2015. A participação foi realizada com a turma do 2.º ano do curso profissional de técnicos de turismo, que no âmbito da atividade curricular promoveu uma prática de animação durante o evento organizando-se enquanto grupo de foliões caracterizado para a representação de um tema específico.
- Em parceria com o Grupo Desportivo Serrano e com a Junta de Freguesia de Alte coorganizou-se o BTT de Alte 2015 e a Festa Gastronómica – habitualmente inseridos na Semana Cultural de Alte;
- Procedeu-se à participação em feiras e/ou mostras de educação e formação profissional e foram realizadas inúmeras apresentações da escola e dos cursos profissionais e vocacionais em diversas escolas dos concelhos de proximidade;
- Foi realizada em Salir/Alte e na Praia de Faro, respetivamente nos dias 28 de fevereiro e 16 de outubro de 2015, a formação de exterior designada por "OUTDOOR" com a presença de praticamente "toda" a comunidade escolar;
- Não foi concretizada a avaliação do pessoal ao serviço da EPA-CIPRL conducente à criação de condições de progressão de carreira tendo como base os percursos e níveis profissionais definidos nas convenções colectivas de trabalho aplicáveis ao funcionamento da Escola Profissional Cândido Guerreiro. Aguarda-se a aprovação de legislação específica (Acordo Colectivo de Trabalho) aplicável especificamente às escolas profissionais bem como as necessárias melhorias do financiamento das formações desenvolvidas nas escolas profissionais;
- Implementação do Sistema de Garantia da Qualidade alinhado com o quadro EQAVET ("European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training") - A escola criou uma equipa de trabalho composta pela diretora pedagógica e duas professoras, com vista à implementação deste sistema até ao final do ano de 2016. Para o efeito e a convite da ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, a escola integra um painel de entidades diversas, com diferentes graus de implementação de sistemas de qualidade. O trabalho deste conjunto de entidades tem sido orientado no sentido de aferir instrumentos e metodologias necessários à concretização das várias etapas que este processo contempla. À data, a equipa de trabalho da escola

encontra-se a finalizar o Documento Base, que integra o conjunto de indicadores EQAVET selecionados para esta primeira fase.

- Gabinete de Orientação Escolar e Profissional (GOEP) – Integrou a colaboração de duas psicólogas da Câmara Municipal de Loulé, ao abrigo do Projeto de Apoio à Psicologia nas Escolas – PAPE e ainda a colaboração da enfermeira do Programa de Saúde Escolar. O trabalho desenvolvido pelas psicólogas tem sido no âmbito do acompanhamento psicopedagógico dos alunos, bem como todo o processo de entrevista e seleção dos alunos para as novas turmas do curso vocacional básico. Este trabalho decorre nas manhãs de quinta e sexta-feira. O trabalho desenvolvido pela enfermeira, à quinta-feira de manhã, incidiu sobre os temas da sexualidade nas turmas finalistas e sobre temas relacionados com a saúde num sentido mais lato, como por exemplo a sessão de esclarecimento sobre nutrição, dinamizada pela nutricionista do Centro de Saúde de Loulé. Em paralelo, realizaram-se sessões de primeiros-socorros dinamizados pelos Bombeiros Municipais de Loulé e sessões sobre segurança na internet, dinamizados pela GNR- Escola Segura.
- Foram promovidas parcerias quer com as empresas que mais directamente colaboram com a Escola Profissional de Alte, CIPRL, na aceitação dos alunos em estágio e/ou em formação em contexto de trabalho, quer com outras entidades públicas ou privadas que diretamente têm a ver com o prosseguimento dos objectivos estatutários da EPA - CIPRL;
- Foi realizado o projeto de Ligação da Escola à Comunidade, levando a comunidade escolar a trabalhar sobre a temática do *medronho* e cujos resultados finais foram apresentados e potenciados através do lançamento e da realização de um seminário aberto à comunidade educativa (e aos agricultores/empresários agrícolas) e a que se deu o título / a abordagem: *"O valor do medronho no Algarve – O mercado, produtos e a comercialização"*. Neste âmbito, os alunos concorreram a vários concursos com produtos desenvolvidos à base de medronho.
- À exceção da realização dos campos de férias para jovens, não se desenvolveu trabalho de projeto e atividades de interesse assinalável nem se experimentou oferecer produtos alternativos potenciadores dos recursos existentes e tendentes a criar alguma diversidade nas ofertas da cooperativa e, daí, também à captação de receitas suplementares às disponibilizadas pela formação profissional e vocacional cofinanciada pelos Contratos-Programa celebrados com o estado português.
- As tabelas dos preços praticados na Escola Profissional de Alte, CIPRL, no ano letivo 2015/16, constam do anexo complementar III, páginas 156 a 161.

Alte, 23 de fevereiro de 2016

A Direção da EPA-CIPRL

Presidente	**Vogal**	**Vogal**
Aníbal Coelho	Acácio Café	Tânia Teixeira

B – RELATÓRIO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económica e financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela EPA - Escola Profissional de Alte, CIPRL no período de 2015, assim como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2015.

A leitura deste título deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas apresentadas.

1.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA

1.1.1. Resultados do período

O resultado líquido do período foi de 9.329,12 euros, que representa em relação ao ano de 2014 um decréscimo de 22.585,08 euros.

	2015 euros	2014 euros
Resultado Líquido do Período	**9.329,12**	**31.914,20**

1.1.2. Rendimentos e Ganhos

O total de rendimentos e ganhos ascendeu a 984.011,48 euros, correspondendo a um decréscimo de 15.763,74 euros (-1,5%), para o que contribuí-o, determinantemente, o decréscimo de outros rendimentos e ganhos de 17.012,19 euros, tendo também decrescido a prestação de serviços e os juros, dividendos e rendimentos similares. Em contrapartida o valor dos subsídios à exploração registaram um acréscimo de 6.353,19 euros.

Rendimentos e Ganhos	2015	2014
Prestação de serviços	50.271,99	51.374,75
Subsídios à exploração	810.641,28	804.288,09
Outros rendimentos e ganhos	113.588,09	130.600,28
Juros, dividendos e rendimentos similares obtidos	9.510,12	13.512,10
Total de Réditos	984.011,48	999.775,22

1.1.2.1. Prestação de Serviços

A evolução da prestação de serviços foi a seguinte:

Prestação de Serviços	Valores expressos em euros 2015	2014
Matriculas e Inscrição	2.309,29	2.134,10
Impressos Escolares	1.335,99	773,07
Recuperação de módulos e de ARA	1.300,00	540,00
Certificados de habilitação 2ª via	25,00	40,00
Serviço de Cafetaria	45.301,71	47.887,58
Outras receitas	0,00	0,00
Total de Prestação de Serviços	50.271,99	51.374,75

Para o decréscimo registado de 1.102,76 euros na prestação de serviços, contribuiu fundamentalmente a diminuição registada nas receitas do serviço de cafetaria de 2.585,87 euros, tendo em contrapartida as restantes receitas, com exceção dos Certificados de habilitação 2.ª via, aumentado todas ligeiramente.

1.1.2.2. Subsídios à Exploração

A evolução dos subsídios à exploração foi a seguinte:

Subsídios à Exploração	Valores expressos em euros 2015	2014
Câmara Municipal de Loulé	101.494,99	30.302,88
Fundação Jack Petchey	600,00	3.550,00
Fundação Ilídio Pinho	0,00	500,00
Grupo Desportivo Serrano	7.634,40	0,00
Direcção Regional de Educação	700.911,89	769.935,21
Total de Subsídios à Exploração	**810.641,28**	**804.288,09**

O total de subsídios à exploração, no período, ascendeu a 810.641,28 euros, tendo-se verificado um aumento em relação ao período anterior de 6.353,19 euros. Sendo de salientar o aumento do subsidio da Câmara Municipal de Loulé de 71.192,11 euros e a diminuição do subsidio da Direção Regional de Educação de 69.023,32 euros.

1.1.2.3. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica Outros rendimentos e ganhos decresceu 17.012,19 euros, tendo registado a seguinte evolução:

Outros rendimentos e ganhos	2015	2014
Donativos	353,35	0,00
Receitas inscrições BTT ALTE	1.180,00	853,60
Patrocínios	0,00	323,00
Multas-matriculas fora de prazo	465,00	400,00
Correções relativas a períodos anteriores	939,24	6.689,32
Imputação de subsídios para investimento	99.262,41	115.955,60
Fardamento e polos de alunos	1.987,32	0,00
Comparticipação de transporte escolar	769,45	793,00
Indeminizações de sinistros	0,00	707,30
Campo de férias	1.988,80	2.488,00
Comparticipação visitas de estudo	2.522,73	0,00
Outros	4.119,79	2.390,46
Total de Outros rendimentos e ganhos	**113.588,09**	**130.600,28**

1.1.3. Gastos e Perdas

Valores expressos em euros

Gastos e Perdas	2015	2014
Custo das mercadorias vendidas e consumidas	26.296,78	28.261,12
Fornecimentos e Serviços Externos	201.154,07	189.531,56
Gastos com o Pessoal	607.281,43	600.102,21
Imparidade de dívidas a receber	45,00	0,00
Outros gastos e perdas	18.403,13	12.122,88
Gastos de depreciação e de amortização	119.250,59	135.975,59
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00
Total de Gastos e Perdas	**972.386,00**	**965.993,36**

O valor de gastos e perdas totalizou 972.386,00 euros, correspondendo a um aumento de 6.392,64 euros. Com exceção das rubricas de CMVC e de gastos de depreciação que desceram, todas as outras registaram subidas de valores.

Quanto aos fornecimentos e serviços externos verificaram-se as seguintes variações:

		Valores expressos em euros	
	2015	**2014**	**Diferença**
Fornecimentos e Serviços Externos			
Combustíveis	11.124,52	13.380,28	-2.255,76
Outros materiais	4.300,98	6.307,59	-2.006,61
Consumiveis de informática	1.393,38	3.229,80	-1.836,42
Honorários	16.242,65	17.554,49	-1.311,84
Limpeza, higiéne e conforto	4.043,06	5.109,14	-1.066,08
Comunicação	6.043,40	6.593,66	-550,26
Publicidade e propaganda	6.559,46	7.032,74	-473,28
Material de escritório	3.675,43	4.062,93	-387,50
Rendas	1.656,00	2.036,00	-380,00
Seguros	4.224,49	4.523,92	-299,43
Outros fluídos	485,72	635,68	-149,96
Livros e documentação técnica	13,49	107,63	-94,14
Água	0,00	85,60	-85,60
Outros serviços especializados	0,00	0,00	0,00
Estadas	0,00	0,00	0,00
Contencioso e notariado	0,00	0,00	0,00
Serviços bancários-comissões	286,70	282,87	3,83
Júris PAP´S	905,72	830,29	75,43
Despesas de representação	145,40	14,36	131,04
Vigilancia e segurança	942,19	690,53	251,66
Outros serviços	5.086,71	4.593,94	492,77
Electricidade	11.212,33	10.376,67	835,66
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.574,40	647,42	926,98
Deslocações	9.200,33	7.993,49	1.206,84
Visitas de estudo	2.081,71	687,58	1.394,13
Fardamento de alunos	2.159,76	0,00	2.159,76
Alugueres	77.135,74	73.124,36	4.011,38
Trabalhos especializados	17.089,92	11.609,34	5.480,58
Conservação e reparação	13.570,58	8.021,25	5.549,33
Total	**201.154,07**	**189.531,56**	**11.622,51**

Cash Flow

O cash flow do período foi de 128.579,71 euros, representando uma variação em relação ao período homólogo de (- 39.310,08 euros).

Valores expressos em euros

	2015	2014
Resultado Líquido do Período	9.329,12	31.914,20
Gastos de depreciação e de amortização	119.250,59	135.975,59
Cash Flow	**128.579,71**	**167.889,79**

1.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.2.1. Balanço e Estrutura Patrimonial

Na análise da evolução da estrutura patrimonial consolidada entre 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2015, há a destacar:

O total do ativo registou um montante de 1.746.267,68 euros no final de 2015, o que significa uma diminuição de 144.806,06 euros em relação a 31 de Dezembro de 2014, resultante das seguintes variações: ativo não corrente (- 105.380,97 euros) e ativo corrente (- 39.425,09 euros).

O passivo corrente atingiu um montante de 115.520,22 euros no final do período de 2015, o que significa uma diminuição de 54.822,77 euros em relação ao período homólogo de 2014.

O total do capital próprio passou para 1.630.747,46 euros o que significou uma diminuição de 89.983,29 euros em relação a 31 de Dezembro de 2014. Para análise deste aumento na rubrica capital próprio vide alínea b) do ponto 2.4 do anexo das demonstrações financeiras.

Valores expressos em euros

Balanço	2015	2014
Activo não corrente	1.024.507,10	1.129.888,07
Activo corrente	721.760,58	761.185,67
Total Activo	**1.746.267,68**	**1.891.073,74**
Capital Próprio	1.630.747,46	1.720.730,75
Passivo corrente	115.520,22	170.342,99
Total do Capital Próprio e Passivo	**1.746.267,68**	**1.891.073,74**

1.2.2 Investimento

O investimento realizado pela EPA, no exercício de 2015, atingiu 13.871,17 euros, representando um acréscimo de 9.072,42 euros em relação ao período de 2014. O investimento teve a seguinte composição:

Valores expressos em euros

Investimento	2015	2014
Edifícios e outras construções	3.207,90	0,00
Equipamento básico	9.262,81	3.739,20
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Equipamento administrativo	466,56	0,00
Outros activos fixos tangíveis	933,90	1.059,55
Total de Investimento	**13.871,17**	**4.798,75**

(Documento com continuação na página seguinte)

2- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A – Balanço

Valores expressos em euros

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2015	31/12/2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	1 022 772,30	1 128 151,72
Investimentos Financeiros	12.6	1 734,80	1 736,35
Investimentos em curso	6	0,00	0,00
		1 024 507,10	**1 129 888,07**
Activo corrente			
Inventários	7	834,33	1 047,00
Clientes	12.2	573,65	260,00
Adiantamentos a Fornecedores	12.2	273,41	130,02
Estado e Outros Entes Públicos	12.2	0,00	1 510,38
Pessoal	12.2 / 12.6	0,00	550,00
Outras contas a receber	12.2	98 148,45	55,00
Diferimentos	12.2	2 798,58	1 334,40
Caixa e depósitos bancários	12.2	619 132,16	756 298,87
		721 760,58	**761 185,67**
Total do activo		**1 746 267,68**	**1 891 073,74**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Realizado	12.2 / 12.5	49 940,19	50 053,89
Reservas Legais	12.2	257 514,57	241 493,77
Outras Reservas	12.2	144 940,08	135 365,82
Resultados Transitados	12.2	120 506,01	114 123,17
Outras variações no capital próprio	12.2	1 048 517,49	1 147 779,90
		1 621 418,34	**1 688 816,55**
Resultado líquido do período		**9 329,12**	**31 914,20**
Total do capital próprio		**1 630 747,46**	**1 720 730,75**
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	12.2	11 600,95	11 206,32
Adiantamentos de Clientes	12.2	57,05	81,05
Estado e Outros Entes Públicos	12.2	18 534,77	18 977,84
Pessoal	12.2	401,27	999,41
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	12.2	84 926,18	81 580,30
Diferimentos	12.2	0,00	57 498,07
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		115 520,22	**170 342,99**
Total do capital próprio e do passivo		**1 746 267,68**	**1 891 073,74**

B – Demonstração dos resultados por naturezas

Valores expressos em euros

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos 2015	2014
Vendas e serviços prestados	8.2	50 271,99	51 374,75
Subsídios à exploração	9.2	810 641,28	804 288,09
Ganhos imputados de associadas	12.6	40,56	40,56
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	26 296,78	28 261,12
Fornecimentos e serviços externos		201 154,07	189 531,56
Gastos com o pessoal	13	607 281,43	600 102,21
Imparidade de dívidas a receber	12.3	45,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	8.2	123 057,65	144 071,82
Outros gastos e perdas		18 403,13	12 122,88
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**130 831,07**	**169 757,45**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	119 250,59	135 975,59
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**11 580,48**	**33 781,86**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		**11 580,48**	**33 781,86**
Imposto sobre o rendimento do período	11	2 251,36	1 867,66
Resultado líquido do período		**9 329,12**	**31 914,20**

De acordo com a posição da Comissão de Normalização Contabilística, os juros de depósitos bancários foram inscritos na rubrica outros rendimentos e ganhos.

Os valores dos dividendos foram inscritos na rubrica ganhos imputados de associadas.

C – Demonstração nas alterações no capital próprio

Valores expressos em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal /realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
Posição no início do período 2014	50 053,89	228 549,86	127 599,47	108 945,61	1 263 735,50	25 887,82	1 804 772,15
Outras alterações		12 943,91	7 766,35	5 177,56	-115 955,60	-25 887,82	
Resultado líquido do período						31 914,20	31 914,20
Realizações de capital							0,00
Posição no fim do período 2014	50 053,89	241 493,77	135 365,82	114 123,17	1 147 779,90	31 914,20	1 720 730,75
Posição no início do período 2015	50 053,89	241 493,77	135 365,82	114 123,17	1 147 779,90	31 914,20	1 720 730,75
Outras alterações		16 020,80	9 574,26	6 382,84	-99 262,41	-31 914,20	
Resultado líquido do período						9 329,12	9 329,12
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							0,00
Outras operações	-113,70						
Posição no fim do período 2015	49 940,19	257 514,57	144 940,08	120 506,01	1 048 517,49	9 329,12	1 630 747,46

D – Demonstração dos fluxos de caixa

Valores expressos em euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		49 934,34	51 044,38
Pagamentos a fornecedores		226 823,93	221 145,50
Pagamentos ao pessoal		523 433,09	599 792,35
Caixa gerada pelas operações		-700 322,68	-769 893,47
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1 510,38	2 498,53
Outros recebimentos/pagamentos		568 175,84	860 322,28
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-130 636,46	92 927,34
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		13 871,17	4 798,75
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		66,59	
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		68,14	
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		7 339,37	10 134,06
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-6 530,25	5 335,31
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros intrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-137 166,71	98 262,65
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.2	756 298,87	658 036,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período		619 132,16	756 298,87

E – Anexo às Demonstrações Financeiras

1 – Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade

Escola Profissional de Alte, CIPRL

1.2 - Sede

Rua da Igreja, n.º 3, em Alte

1.3 - Natureza da atividade

A Escola Profissional de Alte, CIPRL, adiante designada de EPA, é uma cooperativa de interesse público que se dedica ao ensino particular - profissional e fá-lo através da "marca" Escola Profissional Cândido Guerreiro.

1.4 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1- Referencial contabilístico adotado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da EPA.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2014 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2015.

3– Principais políticas contabilísticas:

3.1- Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da EPA, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Ativos fixos tangíveis
Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	10 a 20 anos
Equipamento básico	1 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	4 a 5 anos
Outros activos fixos tangíveis	1 a 10 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Imparidade de ativos
Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da EPA com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Inventários
Mercadorias e matérias-primas: As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável liquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário utilizado é o intermitente.

Rédito
O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.
O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido pelo justo valor do montante a receber.
O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Passivos Contingentes
Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Subsídios do governo e apoios do governo
Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Impostos sobre o rendimento
Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do período, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada.

Tendo em conta que, de acordo com o estatuto fiscal cooperativo, os apoios e subsídios financeiros ou de qualquer outra natureza atribuídos pelo Estado, nos termos da lei, às cooperativas de primeiro grau, de grau superior ou às régies cooperativas como compensação pelo exercício de funções de interesse e utilidade públicas delegadas pelo Estado estão isentos de IRC, o apuramento do imposto resulta designadamente da diferença entre o apuramento do valor das tributações autónomas e o valor das retenções na fonte.

Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros
As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de «outros terceiros» ao custo.
As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros
As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.
As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações
As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários
Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis. Os descobertos bancários se existirem são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

Benefícios de empregados
Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, isenção de horário de trabalho, diuturnidades, eventuais complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de

cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes
Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a Direção baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes e foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da EPA.

4 – Fluxos de caixa:

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Conta	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 230,50	78 426,44	78 213,56	1 443,38
Depósitos à ordem	339 047,94	952 439,31	1 089 818,90	201 668,35
Outros depósitos bancários	416 020,43	210 000,00	210 000,00	416 020,43
Total	756 298,87	288 426,44	288 213,56	619 132,16

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da EPA.

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não foi efetuada qualquer alteração voluntária em políticas contabilísticas, nem foram alteradas as estimativas contabilísticas. Não foram detetados erros materiais de períodos anteriores.

6 - Ativos fixos tangíveis:

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas caso existam.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	DESCRIÇÃO	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	1 557 531,95	643 098,15	165 825,91	56 689,83	55 593,31	0,00	2 478 739,15
2	Depreciações acumuladas iniciais	495 441,61	594 076,52	161 013,41	52 539,83	47 516,06		1 350 587,43
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais							
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 – 3)	1 062 090,34	49 021,63	4 812,50	4 150,00	8 077,25	0,00	1 128 151,72
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-82 402,31	-15 745,38	-2 062,50	-467,40	-4 701,83	0,00	-105 379,42
5.1	**Total das adições**	3 207,90	9 262,81	0,00	466,56	933,90	0,00	13 871,17
Adições	Aquisições em 1.ª mão	3 207,90	9 262,81	0,00	466,56	933,90		13 871,17
Adições	Outras aquisições							
Adições	Trabalhos para a própria entidade							
Adições	Acréscimo por revalorização							
Adições	Outras							0,00
5.2	**Total das diminuições**	85 610,21	25 008,19	2 062,50	933,96	5 635,73	0,00	119 250,59
Diminuições	Depreciações	85 610,21	25 008,19	2 062,50	933,96	5 635,73		119 250,59
Diminuições	Perdas por imparidade							
Diminuições	Alienações							
Diminuições	Abates							
Diminuições	Outras							0,00
5.3	Reversões de perdas por imparidade							
5.4	Transferências de AFT em curso							0,00
5.5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda							
5.6	Outras transferências							
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	979 688,03	33 276,25	2 750,00	3 682,60	3 375,42	0,00	1 022 772,30
7	Depreciações acumuladas finais (2+Depreciações)	581 051,82	619 084,71	163 075,91	53 473,79	53 151,79		1 469 838,02

7 – Inventários

Mercadorias e matérias-primas
As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário utilizado é o intermitente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	31/12/2015		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	834,33	0,00	834,33
TOTAL	**834,33**	**0,00**	**834,33**

Rubricas	31/12/2014		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	1 047,00	0,00	1 047,00
TOTAL	**1 047,00**	**0,00**	**1 047,00**

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período
Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 detalham-se conforme segue:

31-12-2015

	DESCRIÇÃO	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
1	Inventários iniciais	1 047,00	0,00	1 047,00
2	Compras	25 921,10	0,00	25 921,10
3	Reclassificação e regularização de inventários	163,01		163,01
4	Inventários finais	834,33		834,33
5	**Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)**	**26 296,78**	**0,00**	**26 296,78**

31-12-2014

	DESCRIÇÃO	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
1	Inventários iniciais	839,85	0,00	839,85
2	Compras	28 502,91	0,00	28 502,91
3	Reclassificação e regularização de inventários	-34,64		-34,64
4	Inventários finais	1 047,00		1 047,00
5	**Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)**	**28 261,12**	**0,00**	**28 261,12**

8 – Rédito

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

Vide Nota 3.

8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rendimentos e Ganhos	Valores expressos em euros 2015	2014
Prestação de serviços	51 862,54	51 374,75
Subsídios à exploração	810 641,28	804 288,09
Outros rendimentos e ganhos	114 100,09	130 600,28
Juros, dividendos e outros rendimentos similares obtidos	9 550,68	13 512,10
Total de Réditos	**986 154,59**	**999 775,22**

9 – Subsídios do Governo e apoios do governo

9.1 - Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Vide Nota 3.

9.2 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Os valores dos subsídios do governo foram os seguintes:

Descrição		Subsídios do estado e outros entes públicos			Subsídios de outras entidades		
		Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período	Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período
1.	Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	98.530,19	0,00	98.530,19	732,22	0,00	732,22
1.1	Ativos Fixos Tangíveis	98.530,19	0,00	98.530,19	732,22	0,00	732,22
1.1.2	Edifícios e outras construções	84300,72	0,00	84.300,72			
1.1.3	Equipamento Básico	14229,47	0,00	14.229,47	732,22	0,00	732,22
2.	Subsídios relacionados com rendimentos à exploração	57198,07	745.208,81	802.406,88		8.234,40	8.234,40
4.	Total	155.728,26	745.208,81	900.937,07	732,22	8.234,40	8.966,62

Os valores dos subsídios à exploração do governo e de outras entidades foram os seguintes:

Subsídios à Exploração	Valores expressos em euros 2015	2014
Câmara Municipal de Loulé	101 494,99	30 302,88
Fundação Ilidio Pinho	0,00	500,00
Fundação Jack Petchey	600,00	3 550,00
Grupo Desportivo Serrano	7 634,40	0,00
Direcção Regional de Educação	700 911,89	769 935,21
Total de Subsídios à Exploração	**810 641,28**	**804 288,09**

Os subsídios já recebidos, destinados ao investimento, encontram-se a ser reconhecidos em resultados, conforme Nota 3, de acordo com o período de vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis respetivos, tendo sido reconhecido no exercício de 2015 o montante de 99.262,41 euros, sendo a totalidade relativo a ativos fixos tangíveis.

10 – Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 22 de fevereiro de 2016.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

11 – Impostos sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 23%.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Entidade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo mencionado.
De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A direção da EPA entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

De acordo com o referido na Nota 3, o cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do período, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada.

Tendo em conta que, de acordo com o estatuto fiscal cooperativo, os apoios e subsídios financeiros ou de qualquer outra natureza atribuídos pelo Estado, nos termos da lei, às cooperativas de primeiro grau, de grau superior ou às régies cooperativas como compensação pelo exercício de funções de interesse e utilidade públicas delegadas pelo Estado estão isentos de IRC, o apuramento do imposto resulta designadamente da diferença entre o apuramento do valor das tributações autónomas e o valor das retenções na fonte.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

	Descrição	2015	2014
1	Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	11 580,48	33 781,86
2	Imposto corrente	0,00	0,00
3	Imposto diferido		
4	Tributação autónoma	2 251,36	1 867,66
5	**Imposto sobre o rendimento do período**	**2 251,36**	**1 867,66**

12 – Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

12.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de, instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Vide Nota 3

12.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

Clientes/Fornecedores/Cooperantes/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Clientes / Fornecedores / Cooperantes / Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total liquido	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total liquido
Activos:						
Clientes	3 722,00	3 148,35	573,65	3 408,35	3 148,35	260,00
Adiantamentos a fornecedores	273,41	0,00	273,41	130,02	0,00	130,02
Pessoal	170,00	170,00	0,00	720,00	170,00	550,00
Cooperantes	4 997,31		4 997,31	5 946,11		5 946,11
Outras contas a receber	98 193,45	45,00	98 148,45	55,00		55,00
Total Activos	**107 356,17**	**3 363,35**	**103 992,82**	**10 259,48**	**3 318,35**	**6 941,13**
Passivos:						
Fornecedores	11 600,95	0,00	11 600,95	11 206,32	0,00	11 206,32
Adiantamentos de clientes	57,05	0,00	57,05	24,00	0,00	24,00
Pessoal	401,27	0,00	401,27	1 169,41	0,00	1 169,41
Outras contas a pagar	84 926,18	0,00	84 926,18	81 580,30	0,00	81 580,30
Total Passivos	**96 985,45**	**0,00**	**96 985,45**	**93 980,03**	**0,00**	**93 980,03**

A rubrica cooperantes (conta sócios) não está inscrita no balanço, uma vez que este valor representa o valor do capital por realizar e como tal está deduzido ao capital social, constando no balanço apenas o valor do capital realizado. (SNC – Notas de enquadramento)

(Documento com continuação na página seguinte)

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

(Valores expressos em euros)

	2015		2014	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas: Retenções na Fonte				
Imposto a Pagar		40,05		
Imposto a Recuperar			1.510,38	
Retenção de Impostos sobre o Rendimento:				
Trabalho Dependente		5.390,19		5.391,29
Trabalho Independente		686,56		634,38
Imposto sobre o Valor Acrescentado				
Iva a pagar				
Iva a recuperar				
Encargos Sociais:				
Segurança Social		8.732,79		9.060,63
CGA		3.685,18		3.429,83
ADSE				461,71
Total	**0,00**	**18.534,77**	**1.510,38**	**18.997,84**

Os saldos credores dos valores referentes a Retenção de Impostos sobre o Rendimento, Segurança Social e CGA registavam-se à data de 31 de Dezembro e foram pagos no mês de Janeiro de 2016.

Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

(Valores expressos em euros)

	2015	2014
Diferimentos		
Activos		
Gastos a reconhecer	2.798,58	1.334,40
	2.798,58	1.334,40
Passivos		
Rendimentos a reconhecer	0,00	57.489,07
	0,00	57.489,07

Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários		
Activos		
Caixa	1 443,38	1 230,50
Depósitos à ordem	201 668,35	339 047,94
Outros depósitos bancários	416 020,43	416 020,43
Total	**619 132,16**	**756 298,87**
Passivos		
Caixa	0,00	0,00
Depósitos bancários	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**

Capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2015	31-12-2014
Capital próprio		
Capital realizado	49.940,19	50.053,89
Reservas legais	257.514,57	241.493,77
Outras reservas	144.940,08	135.365,82
Resultados transitados	120.506,01	114.123,17
Outras variações no capital próprio	1.048.517,49	1.147.779,90
Total	**1.621.418,34**	**1.688.816,55**

12.3 - Perdas líquidas reconhecidas de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade.

No período de 2015 foram reconhecidas perdas por imparidade no valor de 45,00 euros relativamente a outras contas a receber.

12.4 - Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

	31/12/2015	31/12/2014
Clientes	3 148,35	3 148,35
Fornecedores		
Pessoal	170,00	170,00
Accionistas/Sócios		
Outras contas a receber	45,00	
Total	3 363,35	3 318,35

12.5 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização. Valor dos títulos de capital.

O capital social da EPA, registado no pacto social, é de 50.000 euros. O capital da cooperativa é variável e está dividido em títulos de capital cujo valor nominal é de 5 euros.

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital social registado era de 54.937,50 euros, sendo que o valor do capital subscrito ainda não realizado era de 4.997,31 euros. De acordo com os estatutos da EPA, os prazos de realização do capital subscrito já expiraram.

12.6 – Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de Investimentos Financeiros apresentava a seguinte decomposição:

(Valores expressos em euros)

	2015	2014
Activo não corrente		
Participações de capital	1 705,00	1 705,00
Fundo de compensação do trabalho	29,8	31,35
Investimentos Financeiros	1 734,80	1 736,35

13 – Benefícios de empregados

13.1 Benefícios pós-emprego

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	31/12/2015
Remunerações dos orgãs sociais	89 643,95
Remunerações do pessoal	401 020,33
Encargos sobre remunerações	110 701,37
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 101,40
Outros gastos com o pessoal	574,94
Senhas presença conselho fiscal	239,44
Total	**607 281,43**

A rubrica "outros gastos com o pessoal" inclui gastos com formação e fardamento.

13.2 Benefícios de cessação de emprego

No período em relato foram pagas as seguintes compensações por cessação do contrato de trabalho:

Euros

Funcionário	Tempo pago	Valor pago
Isabel Coelho	1,55 dias	15,75
Maria Manuela Silva	12,04 dias	78,36
João Lopes	14,65 dias	78,19

As compensações foram pagas de acordo com o previsto na lei geral – Código do trabalho e no Contrato Coletivo de Trabalho entre a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e o Sindicato Nacional dos Professores de Educação.

Em virtude das cessações referidas, os trabalhadores receberam as respetivas retribuições de férias e os respetivos subsídios de férias e de Natal a que tinham direito, também de acordo com o previsto na lei geral – Código do trabalho e no Contrato Coletivo de Trabalho entre a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e o Sindicato Nacional dos Professores de Educação.

Alte, 23 de fevereiro de 2016

TOC n.º 61178

Acácio Café

A Direção

Presidente — Aníbal Coelho

Vogal — Acácio Café

Vogal — Tânia Teixeira

F - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que:

1- A crise social e económica em que vivemos nos últimos anos continua instalada.
2- A população em idade escolar tem diminuído e continuará a diminuir.
3- Todo o novo Governo da Republica Portuguesa que é empossado de funções promove uma política para a educação diferente e até contrária à promovida pelo(s) governo(s) anterior(es).
4- Desde 2010 que a atividade da EPA-CIPRL está subfinanciada. Desde 2012 que se perde dinheiro com a formação vocacional realizada na Escola Profissional Cândido Guerreiro.
5- Não se sabem quais as medidas que o novo governo irá aprovar para substituir a formação vocacional, que o parlamento revogou, nem para onde será encaminhada a população discente que habitualmente já estava a ser orientada para a frequência destas formações.
6- Sobre a formação profissional a realizar no ano letivo 2016/17 nas Escolas Profissionais Privadas e nas Escolas Secundárias públicas também nada se sabe ainda e/ou de novidade à data da execução deste documento.
7- Há reduções no orçamento da educação do ano 2016. Mas não se sade onde se irão centrar os cortes de financiamento.

1 – Perspetivas de Futuro:

Pouca ação está diretamente ao alcance da intervenção da EPA-CIPRL e dos seus órgãos dirigentes para poder contrariar os factos atrás enumerados. Há que aguardar com alguma serenidade para *"ver o que aí vem mais"* de positivo ou até menos positivo. Depois, projetar-se-á, e decidir-se-á em conformidade.

Como tem sido referido em anos anteriores, há pontos fracos na Escola Profissional de Alte / Cândido Guerreiro mas também há alguns pontos fortes que a poderão diferenciar positivamente e que poderão levar os jovens e as suas famílias a continuar a procurar as suas ofertas de educação e formação. Certamente, esses pontos fortes terão de ser claramente identificados e potenciados das formas mais diversas.

Como também é habitual continua-se reiterar que é desejável que toda a comunidade escolar/educativa se disponibilize para cooperar com muito(a):

EMPENHO, IMAGINAÇÃO, CRER, INICIATIVA, ACÇÃO E COOPERAÇÃO, MUITA COOPERAÇÃO.

Com base nesta perspetiva estará porventura a EPA-CIPRL mais apta a fazer face às múltiplas dificuldades e incertezas que o futuro lhe reserva.

2 - É nessa expectativa que a Direção da EPA, apresenta à Assembleia Geral a seguinte proposta:

Proposta

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2015;

2. Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:

De acordo com o exposto nos estatutos da EPA, aplicar 80% dos resultados líquidos (50% para Reserva Legal e 30% para Fundo de Educação e Formação) e aplicar os restantes 20% para resultados transitados.

3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos da EPA, sem os quais a gestão relatada não seria possível, bem como a todas as entidades que, de qualquer forma, se relacionaram com a nossa Instituição no exercício objeto de relato.

Alte, 23 de fevereiro de 2015

A Direção da EPA-CIPRL

Presidente	**Vogal**	**Vogal**
Aníbal Coelho	Acácio Café	Tânia Teixeira